

PROCEDIMENTO POR CONSULTA PRÉVIA N.º 3/GGLC/2022

**“AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE RECEÇÃO, APOIO ADMINISTRATIVO, ACOLHIMENTO,
ACOMPANHAMENTO E ATENDIMENTO DE UTENTES DA LOJA DO CIDADÃO DA MADEIRA E
ATENDIMENTO DOS ESPAÇOS CIDADÃO”**

CONVITE À APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA

RESUMO

1. Objeto do contrato
2. Entidade adjudicante
3. Órgão que tomou a decisão de contratar
4. Critério de escolha do procedimento
5. Esclarecimentos, retificação e alteração das peças do procedimento, erros e omissões
6. Documentos que constituem a proposta
7. Prazo e modo de apresentação da proposta
8. Propostas variantes
9. Negociação
10. Prazo durante o qual os concorrentes são obrigados a manter a respetiva proposta
11. Critério de adjudicação
12. Documentos de habilitação
13. Caução
14. Contrato
15. Legislação aplicável

ANEXOS: I, II e III

1. Objeto do contrato

O contrato tem como objeto principal a “**prestação de serviços de receção, apoio administrativo, acolhimento, acompanhamento e atendimento de utentes da Loja do Cidadão da Madeira e atendimento dos Espaços Cidadão**”, nos termos fixados no presente caderno de encargos, e está classificado com o código de Vocabulário Comum para os Contratos Públicos (CPV) 79500000-9 - Serviços auxiliares de escritório, de acordo com o Regulamento (CE) n.º 213/2008, da Comissão, de 28 de novembro de 2007, publicado no Jornal Oficial da União Europeia n.º L 74, de 15 de março de 2008, que altera o Regulamento (CE) n.º 2195/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho.

2. Entidade adjudicante

A entidade adjudicante é o Gabinete de Gestão da Loja do Cidadão da Madeira, com sede na Avenida Arriaga, 42 - B, 3.º andar, Sala 3.2, 9000-064 Funchal, com o número de telefone +351 291 212 216, fax: 291 212 220, endereço eletrónico lojadocidadao@lc.gov.madeira.pt.

A plataforma eletrónica de contratação pública utilizada é a acinGov, disponível em www.acingov.pt.

3. Órgão que tomou a decisão de contratar

3.1 Conforme resulta do artigo 36.º n.º 1 do Código dos Contratos Públicos, a decisão de contratar foi tomada por despacho do Exmo. Senhor Diretor do Gabinete de Gestão da Loja do Cidadão da Madeira, datado de 8 de novembro de 2022, exarado nos termos conjugados dos artigos 4.º e 5.º do Decreto Legislativo Regional n.º 8/2003/M, de 21 de maio, 3.º n.º 1 do Decreto Regulamentar Regional n.º 10/2004/M, de 24 de abril, 17.º n.º 2 do Decreto Regulamentar Regional n.º 3/2015/M, de 28 de maio, 3.º n.º 3 alínea e) do Decreto Legislativo Regional n.º 5/2004/M, de 22 de abril, todos nas suas atuais redações e o artigo 27.º n.º 1 alínea a) do Decreto Legislativo Regional n.º 28-A/2021/M, de 30 de dezembro, no uso de competência própria.

3.2 A decisão de contratar foi precedida de despacho de autorização prévia emitida por Sua Excelência o Secretário Regional das Finanças para a assunção de compromisso plurianual, de dispensa da obrigatoriedade de não ultrapassar os encargos globais com a celebração de contratos de prestação de serviços relativamente a 2021 e dispensa de nos contratos com idêntico objeto de contrato vigente em 2021 não ultrapassar os valores pagos em 2021, considerando o valor total agregado dos contratos, datado de 7 de novembro de 2022, conforme resulta do disposto no artigo 62.º n.º 3 do Decreto Legislativo Regional n.º 28-A/2021/M, de 30 de dezembro.

3.3 O presente procedimento de contratação pública foi precedido de consulta preliminar ao mercado para estabelecimento do preço base, procedimento esse que foi divulgado e esteve disponível para consulta no sítio institucional do Gabinete de Gestão da Loja do Cidadão <https://lojacidadao.madeira.gov.pt/> na internet, nos termos do disposto no artigo 35.º-A do CCP. Um operador económico apresentou proposta de preço.

4. Critério de escolha do procedimento

A escolha do procedimento tem como fundamento o critério do valor, nos termos conjugados do artigo 16.º n.ºs 1, alínea b) e 2, alínea e), artigos 17.º, 18.º e 20.º n.º 1 alínea c) todos do CCP e ainda do artigo 4.º n.º 1 do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, nas suas atuais redações.

5. Esclarecimentos, retificação e alteração das peças do procedimento, erros e omissões

5.1 No primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, o interessado pode solicitar os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento e, no mesmo prazo, deve apresentar uma lista na qual identifique, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões das peças do procedimento por si detetados.

5.2 Para efeitos do Código dos Contratos Públicos, consideram-se erros e omissões das peças do procedimento os que digam respeito a:

- a) Aspetos ou dados que se revelem desconformes com a realidade;
- b) Espécie ou quantidade de prestações estritamente necessárias à integral execução do objeto do contrato a celebrar;
- c) Condições técnicas de execução do objeto do contrato a celebrar que o interessado não considere exequíveis;
- d) Erros e omissões do projeto de execução que não se incluam nas alíneas anteriores.

5.3 A lista a apresentar ao órgão competente para a decisão de contratar deve identificar, expressa e inequivocamente, os erros ou omissões do caderno de encargos detetados, com exceção dos referidos na alínea d) do número anterior e daqueles que por eles apenas pudessem ser detetados na fase de execução do contrato, atuando com a diligência objetivamente exigível em face das circunstâncias concretas.

5.4 Até ao dia anterior ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas:

- a) A subgerente com a pasta da contratação pública deve prestar os esclarecimentos solicitados;

b) O órgão competente para a decisão de contratar pronuncia-se sobre os erros e as omissões identificados pelo interessado, considerando-se rejeitados todos os que, até ao final daquele prazo, não sejam por ele expressamente aceites.

5.5 O órgão competente para a decisão de contratar deve identificar os termos do suprimento de cada um dos erros ou das omissões aceites nos termos do disposto na alínea b) do número anterior.

5.6 Independentemente do disposto nos números anteriores, o órgão competente para a decisão de contratar pode, oficiosamente, proceder à retificação de erros ou omissões das peças do procedimento, bem como prestar esclarecimentos, no mesmo prazo referido no n.º 5.4, ou até ao final do prazo de entrega de propostas, devendo, neste caso, atender-se ao disposto no artigo 64.º do CCP.

6. Documentos que constituem a proposta

6.1 A proposta é constituída pelos seguintes documentos:

a) Declaração do concorrente de aceitação do conteúdo do caderno de encargos, elaborada em conformidade com o modelo constante do Anexo I-M do Decreto Legislativo Regional 34/2008/M, de 14 de agosto, na sua atual redação, em anexo ao presente convite (**Anexo I**);

b) Documento que, em função do objeto do contrato a celebrar e dos aspetos da sua execução submetidos à concorrência pelo caderno de encargos, contenha o atributo da proposta **preço total**, de acordo com os quais o concorrente dispõe a contratar, sem IVA, em algarismos e por extenso, devendo mencionar a taxa de IVA aplicável;

c) Declaração referente à proteção de dados pessoais de pessoas singulares (representantes legais), em anexo ao presente convite (**Anexo III**);

d) Outros elementos julgados de interesse para a apreciação da proposta.

6.2 Os documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente redigidos em português.

7. Prazo e modo de apresentação da proposta

7.1 Os documentos que constituem a proposta devem ser apresentados através da plataforma eletrónica acinGov (www.acingov.pt), obrigatoriamente até às **17:00h do dia 14 de novembro de 2022**.

7.2 Os documentos que constituem a proposta devem ser assinados eletronicamente mediante a utilização de assinatura eletrónica qualificada própria ou dos representantes legais.

7.3 A aposição de uma assinatura eletrónica qualificada deve ocorrer em cada um dos documentos ou ficheiros eletrónicos da proposta, assegurando-lhes dessa forma a força probatória de documento particular assinado, nos termos do artigo 376.º do Código Civil e do artigo 3.º n.º 2 do Decreto-Lei N.º 290-D/99, de 2 de agosto, alterado e republicado pelo Decreto-Lei N.º 88/2009, de 9 de abril, sob pena de exclusão da proposta, nos termos do artigo 146.º n.º 2 alínea I), aplicável por força do artigo 122.º n.º 2 do Código dos Contratos Públicos.

7.4 Em cumprimento do disposto no artigo 54.º n.º 7 da Lei N.º 96/2015, de 17 de agosto, nos casos em que o certificado digital não possa relacionar diretamente o assinante com a sua função e poder de assinatura (por exemplo, caso o documento seja assinado com assinatura digital qualificada do cartão de cidadão), deve o concorrente submeter à plataforma eletrónica um documento eletrónico oficial indicando o poder de representação e a assinatura do assinante (certidão permanente ou outro documento que considere suficiente para o efeito).

7.5 Nos casos em que a sociedade se obrigue com a assinatura conjunta de vários administradores ou gerentes, os documentos da proposta devem ser assinados por todos eles. No caso de a proposta ser assinada apenas por um administrador ou gerente e seja necessária a assinatura de dois sócios gerentes ou administradores, o concorrente deve juntar procuração, mandato ou documento que lhe confira poderes suficientes para por si só vincular a sociedade.

7.6 Os documentos eletrónicos emitidos por entidades terceiras competentes para a sua emissão, nomeadamente, certidões, certificados ou atestados devem ser assinados com recurso a certificados qualificados de assinatura eletrónica das entidades competentes ou dos seus titulares, não carecendo de nova assinatura por parte do operador económico que os submetam.

7.7 Os documentos que sejam cópias eletrónicas de documentos físicos originais emitidos por entidades terceiras, podem ser assinados com recurso a certificados qualificados de assinatura eletrónica do operador económico que o submete, atestando a sua conformidade com o documento original.

7.8 Quando, pela sua natureza, qualquer documento dos que constituem a proposta, não possa ser apresentado nos termos do ponto anterior, dever-se-á seguir os termos do disposto no nº 5 do artigo 62º do Código dos Contratos Públicos.

8. Propostas variantes

Não são admitidas propostas variantes.

9. Negociação

As propostas não serão objeto de negociação.

10. Prazo durante o qual os concorrentes são obrigados a manter a respetiva proposta

Os concorrentes são obrigados a manter as respetivas propostas pelo prazo de 90 dias contados da data do termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.

11. Critério de adjudicação

11.1 A adjudicação é feita de acordo com o critério da proposta economicamente mais vantajosa, na modalidade monofator, em que o **fator preço será o único aspeto do contrato a celebrar em ponderação**, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 74.º, no Código dos Contratos Públicos, na sua atual redação.

11.2 Em caso de empate entre uma ou mais propostas é aplicado o seguinte critério de desempate:

Sorteio a realizar na presença dos concorrentes cujas propostas estão empatadas, sendo estes notificados para o efeito através da plataforma eletrónica www.acingov.pt, com uma antecedência mínima de três dias úteis a contar da notificação para realização do sorteio. São colocados os nomes dos concorrentes cujas propostas estão empatadas dentro de um saco opaco. O procedimento é adjudicado ao primeiro concorrente cujo nome o presidente do Júri retirar em primeiro lugar do saco, sendo ordenada em segundo lugar ao concorrente cujo nome sair em segundo lugar do saco, aplicando-se este critério sucessivamente a todas as propostas empatadas.

12. Documentos de habilitação

12.1 Após a notificação da adjudicação, o adjudicatário deve entregar no prazo de 3 dias úteis, através da plataforma eletrónica¹ utilizada pela entidade adjudicante, acinGov, os seguintes documentos:

¹ Nos termos do disposto nos n.ºs 2 e 3 do artigo 5.º da Portaria n.º 372/2017, de 14 de dezembro, quando os documentos de habilitação exigidos se encontrem disponíveis na Internet, o adjudicatário pode, em substituição da apresentação da sua reprodução, indicar à entidade adjudicante o endereço do sítio onde aqueles documentos podem ser consultados, bem como a informação necessária a essa consulta, desde que os referidos sítio e documentos dele constantes estejam redigidos em língua portuguesa. Neste caso, para efeitos de consulta da informação anterior pela entidade adjudicante, considera-se prestado o consentimento do adjudicatário, nos termos da lei.

- a) Declaração, elaborada em conformidade com o modelo constante do Anexo II-M do Decreto Legislativo Regional 34/2008/M, de 14 de agosto, na sua atual redação, em anexo ao presente convite **(Anexo II)**;
- b) Certidão Permanente de Registo Comercial;
- c) Certificado do registo criminal da pessoa coletiva e do(s) titular(es) dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência da empresa;
- d) Certidão comprovativa de que a empresa se encontra com a situação regularizada relativamente a dívidas para com a Segurança Social;
- e) Certidão comprovativa de que a empresa se encontra em situação regularizada relativamente a dívidas por impostos, emitida pelo serviço de finanças do domicílio ou sede do contribuinte em Portugal;
- f) Comprovativo de inscrição no Registo Central do Beneficiário Efetivo nos termos do disposto no artigo 36.º do Anexo à Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto e no artigo 34.º da Lei n.º 83/2017, de 18 de agosto e ainda da Portaria n.º 233/2018, de 21 de agosto;
- g) Cópia do certificado de inscrição no Registo Nacional de Pessoas Coletivas com todas as inscrições em vigor e que revele a titularidade das habilitações adequadas e necessárias à execução das prestações objeto do contrato a celebrar, exceto, tratando-se de concorrente português sujeito a registo comercial, caso em que este documento será dispensado pelo facto de a certidão prevista na alínea b) fazer prova suficiente da inscrição no aludido registo;
- h) Documentos que comprovem o cumprimento das obrigações declarativas relativas a rendimentos gerados no território da Região Autónoma da Madeira, nomeadamente:
- i) Última Declaração de Rendimentos modelo 3 ou modelo 22, este último acompanhado do Anexo C, caso o adjudicatário tenha exercido nesse período atividade na Região Autónoma da Madeira²;
 - ii) Última Declaração de Rendimentos e Retenções de Residentes (modelo 10) e DMR;
 - iii) Anexo Q da última informação empresarial simplificada (IES);

² Nos termos do disposto no artigo 7.º-A do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, na redação atual, o adjudicatário deve apresentar a declaração de rendimentos durante o prazo de vigência do contrato (até ao termo da prestação do serviço).

iv) Anexo R da última declaração periódica do IVA.

12.2 Caso o adjudicatário considere não preencher as condições legais relativas ao cumprimento das obrigações declarativas referentes a rendimentos gerados no território da Região Autónoma da Madeira devem apresentar declaração sob compromisso de honra, subscrita por quem os obriga, referindo expressamente essa situação, nos termos do disposto no n.º 5 do artigo 7.º do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, na redação atual.

12.3 O prazo para supressão de irregularidades detetadas nos documentos de habilitação é de 1 dia útil.

12.4 Os documentos de habilitação deverão ser assinados com recurso a assinatura eletrónica qualificada.

12.5 Todos os documentos de habilitação devem ser redigidos em língua portuguesa. Quando pela sua própria natureza ou origem, os documentos de habilitação estiverem redigidos em língua estrangeira, deve o adjudicatário fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizada.

12.6 O adjudicatário deve, ainda, até à data da celebração do contrato, apresentar:

- A identificação completa (nome e número de identificação civil) e indicação da residência ou domicílio profissional da(s) pessoa(s) que assinará(ão) o contrato, qualidade em que intervém(êm), com junção do(s) documento(s) que atribui(em) poderes para o efeito;
- A identificação do responsável pelo acompanhamento da execução do contrato, por parte do adjudicatário, conforme previsto na cláusula 23.ª do caderno de encargos;
- A indicação de um endereço de correio eletrónico para efeitos de notificações e comunicações entre as partes no âmbito da execução do contrato, conforme previsto na cláusula 28.ª do caderno de encargos.

13. Caução

Não é exigida a prestação de caução, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 88.º do CCP.

14. Contrato

14.1 De acordo com o disposto nos artigos 94.º e 95.º do CCP, conjugados com o artigo 4.º do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, nas suas redações atuais, e atendendo ao preço base (e ao provável preço contratual) será exigível a redução do contrato a escrito.

14.2 As despesas e os encargos inerentes à redução do contrato a escrito são da responsabilidade do adjudicatário.

15. Legislação aplicável

Em tudo o omissso no presente convite, observar-se-á o disposto no Código dos Contratos Públicos, aprovado e publicado em anexo ao Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, adaptado à Região Autónoma da Madeira pelo Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, ambos nas suas atuais redações, Código de Procedimento Administrativo e demais legislação avulsa.

Em anexo: Anexos I, II e III.

(Anexo I)

ANEXO I-M

Modelo de declaração [a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º e o artigo 6.º do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto.]

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1) ... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de ... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 - Declara também que executará o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):

a) ...

b) ...

3 - Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 - Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos e artigo 5.º do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, na sua atual redação.

5 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 - Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar a declaração que constitui o anexo II-M do Decreto

Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, na sua atual redação, bem como os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código e artigo 5.º do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, na sua atual redação.

7 - O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

.. (local), ... (data), ... [assinatura (4)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.os 2 e 3 do artigo 57.º

(4) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º

(Anexo II)

ANEXO II -M

Modelo de declaração [a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos e o n.º 1 do artigo 7.º do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M]

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1) ... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de ... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

2 - O declarante junta em anexo [ou indica... como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos e (quando aplicável) os documentos comprovativos de que cumpriu as obrigações fiscais declarativas cujo conteúdo assume interesse específico para a Região Autónoma da Madeira referidos no n.º 2 do artigo 7.º do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M.

3 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local), ... (data), ... [assinatura (5)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(5) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.

(Anexo III)

**Regulamento (EU) 2016/679, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, relativo à
proteção de pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre
circulação desses dados**

... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de
(¹)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de
identificação fiscal e sedes), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada e os representantes
legais prestam consentimento para que os dados pessoais da pessoa coletiva e das pessoas singulares que a
vinculam, sejam objeto de tratamento única e exclusivamente para efeitos de pedidos de esclarecimentos,
apresentação de listas de erros e omissões, apresentação de propostas, elaboração de relatórios preliminares
e finais, audiência prévia, notificação da adjudicação, notificação da apresentação dos documentos de
habilitação, celebração de contrato, publicitação de contrato no portal dos contratos públicos, impugnações
administrativas e judiciais e ainda que estes possam estar acessíveis, por determinação de entidade
administrativa ou judicial para efeitos de auditoria e arquivo durante o período de 10 anos.

... (local),... (data),... (assinatura).